

**Parecer n.º 316/2012**

**Data:** 2012.10.16

**Processo n.º 335/2012**

**Queixa de:** Maria Manuela Martins Gonçalves Silva

**Entidade requerida:** Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha

## **I - Factos e pedido**

1. Maria Manuela Martins Gonçalves Silva solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha *“o acesso ao processo completo da obra pública realizada na Rua de Trás da Freguesia da Ribeirinha do Concelho de Angra do Heroísmo no ano de 2007. A fim de poder consultar todos os documentos nele integrados, desde licença de construção, contrato de empreitada, recibos, entre outros documentos que direta ou indiretamente se relacionem com o já mencionado processo.”*

A requerente pretende ainda *“que me fosse facultada ainda a possibilidade de duplicar parte ou partes deste que se demonstrem relevantes.”*.

Refere que solicita o acesso *“a fim de poder apurar responsabilidade pelos danos causados”* na sua habitação, localizada na rua em que se efetuou a obra.

Pede também *“a consulta dos pareceres técnicos que foram efetuados no decurso de um processo de averiguação e apuramento de responsabilidade dos danos causados na habitação em questão. Pareceres estes que tomei conhecimento da sua existência, após serem referidos pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha”*.

2. Perante a ausência de resposta, o requerente apresentou queixa à CADA.
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida declarou que procedeu ao envio dos documentos solicitados.
4. A requerente informou a CADA de que a sua solicitação não foi integralmente satisfeita, faltando, nomeadamente:

*“....*

- *Fotocópias justificativas da despesa conforme a alínea d) do número 2 da cláusula 4 do Protocolo de delegação de competências assinado entre o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia;*
- *Não foram apresentados pareceres técnicos que foram efetuados no decurso de eventuais processos de averiguação, de fiscalização de obra, etc.”*

5. Posteriormente, veio a entidade requerida informar a CADA de que não tem mais documentos para facultar à requerente, para além dos que já disponibilizou.

## II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos (n.º 1 do artigo 15.º, e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º).

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.

2. A entidade requerida encontra-se sujeita à LADA [alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º].
3. O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.*”

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 de Supremo Tribunal Administrativo, 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

O acesso a estes documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer justificação ou fundamentação.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando se trata de documentos nominativos (n.º 5);
- Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3, e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à

imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

4. Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada [alínea b), n.º 1, do artigo 3.º].

São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Os documentos nominativos são comunicados, mediante requerimento, ao titular da informação neles vertida.

Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (n.º 5 do artigo 6.º).

Os documentos nominativos “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (n.º 7 do artigo 6.º).

5. A CADA já se pronunciou quanto à natureza não nominativa (logo, de acesso livre e generalizado) dos documentos inseridos em processos de obras, através da emissão dos pareceres n.º 103 e 247/2007, 163/2010 e 357/2011<sup>2</sup>.

Da documentação constante do processo, depreende-se que o procedimento se encontra concluído. A obra em causa foi executada em 2007 e a receção provisória da obra, documento do qual consta que “*os trabalhos estão devidamente e integralmente executados*”, data de 1 de Agosto de 2007. Estamos perante informação não procedimental.

Como tal, a requerente tem direito a aceder ao processo em apreço, na sua totalidade.

6. A requerente alega que dos documentos que lhe foram facultados não constam justificativos de despesas efetuadas nem pareceres técnicos que sustentem as obras realizadas.

A fatura a que acedeu a requerente não se encontra, de facto, detalhada ou pormenorizada. Não compete, todavia, à CADA, analisar a conformidade da referida

---

<sup>1</sup> Cfr. (J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430).

<sup>2</sup> Disponíveis em [www.cada.pt](http://www.cada.pt).

fatura com as normas legais em vigor, nem pronunciar-se sobre a legalidade da existência ou não de determinados documentos.

A requerida não é obrigada a elaborar documentos para satisfazer o pedido do particular - n.º 5 do artigo 11.º.

O mesmo se afirma relativamente aos pareceres técnicos que possam suportar as opções tomadas ao nível das obras efetuadas. Não existindo, a Administração não está vinculada à elaboração dos documentos pretendidos, para efeitos, exclusivamente, de satisfação do solicitado pelo requerente, conforme estatui, novamente, o n.º 5 do artigo 11.º.

7. Nesta como na situação anterior, não possuindo a requerida a informação solicitada, deve informar a requerente desse facto - alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º -, o que alega já ter feito.

### **III - Conclusão**

Face ao exposto, tendo a entidade requerida facultado o acesso aos documentos de que dispunha, deve a presente queixa ser arquivada.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Antero Rôlo (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)